Reitoria da Universidade de Lisboa

Aviso

Nos termos do disposto nos artigos 30.º e 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o n.º 1 do artigo 28.º e da alínea a) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, torna-se público que, por despacho autorizador, de 09/04/2019, do Reitor da Universidade de Lisboa, Prof. Doutor António Cruz Serra, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicação do presente aviso no Diário da República, para admitir a estágio, para preenchimento de um posto de trabalho de especialista de informática, grau 1, nível 2, da carreira não revista de pessoal de informática, do mapa de pessoal da Reitoria da Universidade de Lisboa, como estabelecido no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções na Área de Apoio Informático do Departamento de Informática dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa.

1 — Tipo de concurso: o presente aviso reveste a forma de concurso externo / interno (optar pelo pretendido) tendo sido verificada a não existência de candidatos em regime de valorização profissional nos termos da legislação em vigor, na sequência de procedimento prévio promovido junto da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).

2 — Modalidade de contrato: o procedimento concursal destina-se à ocupação de 1 (um) posto de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previsto no mapa de pessoal da Reitoria da Universidade de Lisboa, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 30.º da LTFP.

3 — Local de trabalho: o posto de trabalho situa-se nas instalações da Universidade de Lisboa.

4 — Caracterização geral do posto de trabalho: o posto de trabalho inerente ao presente procedimento concursal envolve o exercício de funções da carreira de Especialista de Informática, tal como descritas no Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março e na Portaria n.º 358/2002, de 03 de abril.

4.1. — O Especialista de Informática desempenhará funções na Área de Apoio Informático do Departamento de Informática dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa, competindo-lhe, designadamente:

a) Conceber e desenvolver a arquitetura e acompanhar a implementação de vídeos, fotografias e gravações de som, no processo de pré-produção, produção e pós-produção, utilizando equipamento e tecnologias, nomeadamente câmera de filmar, câmera fotográfica, microfones para captação de som, mesas de mistura, sistema tricaster para captação de streaming e mistura de vídeo, Photoshop, Premier, After Effects, Soundboot e outros, assegurando a sua gestão e continuidade adequada aos objetivos da organização;

b) Definir os padrões de qualidade e avaliar os impactos, organizacional e tecnológico, das artes finais dos audiovisuais, garantindo a normalização e fiabilidade da informação;

c) Organizar e manter disponíveis os recursos informacionais, normalizar os formatos de visualização e/ou audição, estruturar os conteúdos e fluxos informacionais da organização, e definir as normas de acesso e níveis de confidencialidade da informação;

d) Definir e desenvolver as medidas necessárias à segurança e integridade da informação e especificar as normas de salvaguarda dos audiovisuais e da imagem da organização;

e) Realizar os estudos de suporte às decisões de implementação de processos e sistemas de tecnologias da informação e comunicação, e à especificação e contratação de equipamentos, tecnologias e serviços de audiovisual;

f) Colaborar na divulgação de normas de utilização e promover a formação e o apoio a utilizadores sobre os equipamentos e tecnologias da informação e comunicação instalados ou projetados.

5 — Posição remuneratória: A determinação do posicionamento remuneratório ora proposta terá em conta o preceituado nos artigos 8.º ou 9º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, sendo o posicionamento efetuado como Especialista de Informática (grau 1, nível 2), entre o nível remuneratório 23º e 24º, num montante pecuniário de 1647,74€ (mil seiscentos e quarenta e sete euros e setenta e quatro céntimos), antecedido de estágio, no qual será posicionado entre o nível remuneratório 18º e 19º a que corresponde o montante pecuniário de 1373,12€ (mil trezentos e setenta e três euros e doze céntimos), ao abrigo do Decreto-Lei n.º 97/2001 de 26 de Março.

6 — Requisitos de admissão:

6.1. — Ser detentor, até à data limite para apresentação das candidaturas, dos requisitos gerais de admissão previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, nomeadamente:

a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;

b) 18 Anos de idade completos;

c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;
e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

6.2. — Requisitos habilitacionais: Formação académica de nível de licenciatura ou superior no domínio da informática, nos termos do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.

6.3. — Constituem condições preferenciais:
Formação e experiência comprovadas em:
- Sistemas operativos para multimédia;
- Aplicações informáticas e de multimédia;
- Técnicas de captação e edição de som;
- Técnicas de animação em 2D e 3D;
- Técnicas de construção de páginas Web;
- Processos de desenvolvimento de um projeto multimédia;
- Técnicas de desenvolvimento de sistemas de autor;
- Editores de vídeo: Software Windows Movie Maker, Adobe Premier Pro, Sony Vegas Pro e Final Cut Pro;
- Ferramentas de imagem: Photoshop, Photoshop Lightroom e Gimp;
- Editores de som: Avid Pro Tools;
- Sistema “produção live portátil” da NewTek – TriCaster;
- Na utilização de sistemas de áudio: mesas de mistura; equalização; e fontes de captura de som;
- Na utilização de equipamento fotográfico analógico e digital;
- Na publicação de conteúdos digitais em plataforma Web (user generated content);
- Na utilização de equipamentos de vídeo.

6.4. — Em cumprimento do estabelecido nos n.º 3 e 4 do artigo 30º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, o recrutamento inicia-se de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e por despacho autorizadora, de 09/04/2019, do Reitor da Universidade de Lisboa, em caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, proceder-se-á ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida.

7 — Prazo de candidatura: o prazo para apresentação de candidaturas é de 10 dias úteis contados a partir da publicação do presente aviso no Diário da República.

8 — Forma e local de apresentação da candidatura:

8.2 — Do requerimento deverão constar os seguintes elementos:
a) Identificação completa do requerente (nome, filiação, naturalidade, data de nascimento, estado civil, habilitações literárias e profissionais);
b) Número e datas de emissão e de validade do bilhete de identidade ou cartão de cidadão e serviço de identificação que o emitiu, residência, incluindo o código postal, telefone/telemóvel e email;
c) Identificação do concurso (mencionando o número do Aviso publicado em Diário da República e/ou o número da Oferta BFP), com referência à categoria e área a que concorre;
d) Outros elementos que o candidato repute suscetíveis de influirem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal;
e) Indicação dos documentos que acompanham o requerimento.

8.3 — O requerimento de admissão, datado e assinado, deverá ser acompanhado obrigatoriamente dos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
a) Curriculum Vitae detalhado e atualizado, datado e assinado, onde conste as funções que já exerceu e as que exerce, com indicação dos respetivos períodos de tempo e as atividades relevantes;
b) Documento comprovativo das habilitações literárias;
c) Certificados comprovativos das habilitações profissionais e das formações realizadas (especializações, seminários, cursos e ações de formação realizados, com a indicação das respetivas
durações).

8.4 — Os candidatos titulares de uma relação jurídica de emprego público para além dos elementos acima indicados, deverão, ainda, apresentar:

a) Declaração emitida pelo organismo ou serviço onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada, da qual conste, de forma inequívoca, a modalidade da relação jurídica de emprego público que detém, a categoria e posição remuneratória detida e a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as avaliações de desempenho relativas aos últimos três anos e, na sua ausência, o motivo que determinou tal facto.

b) Declaração de conteúdo funcional, emitida pelo serviço ou organismo onde o candidato exerce funções ou pertence, devidamente atualizada e autenticada, da qual constem as atividades que se encontra a exercer inerentes ao posto de trabalho que ocupa e o grau de complexidade das mesmas, em conformidade com o estabelecido no mapa de pessoal aprovado.

8.5 — A não apresentação dos documentos acima enumerados impossibilita a admissão do candidato ao presente procedimento concursal, implicando a sua exclusão do mesmo. O não preenchimento ou o preenchimento incorreto dos elementos relevantes do formulário de candidatura determina a exclusão do candidato do procedimento concursal. Serão excluídas as candidaturas que não satisfaçam, cumulativamente, os requisitos e formalidades apontados no presente aviso.

9 — Métodos de seleção:

9.1 — Nos termos dos artigos 19.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, os métodos de seleção são os seguintes:

a) 1.ª Fase — provas de conhecimentos gerais e específicos (PC), com caráter eliminatório;

b) 2.ª Fase — avaliação curricular (AC), com caráter eliminatório;

c) 3.ª Fase — entrevista profissional de seleção (EPS).

10 — Prova de conhecimentos (PC): Provas de Conhecimentos gerais e específicos (PC) — A prova de conhecimentos revestirá a forma escrita, terá a duração de 90 minutos, sendo apenas permitida a consulta de legislação não anotada, será classificada de 0 a 20 valores, sendo eliminados os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores, e terá a ponderação de 50%.

10.1 — A prova de conhecimentos gerais e específicos realizar-se-á em data e hora a divulgar oportunamente, sendo os candidatos convocados nos termos do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.

Bibliografia/literatura recomendadas:

a) Estatuto das carreiras, categorias e funções do pessoal de Informática – Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março;

b) Áreas e conteúdos funcionais das carreiras do pessoal de informática da Administração Pública – Portaria n.º 358/2002, de 3 de abril;

c) Orgânica e funcionamento da Universidade de Lisboa, dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa e do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior;

d) Lei n.º 66 -B/2007, de 28 de dezembro, Sistema Integrado de Gestão e Avaliação na Administração Pública;

e) Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, Código do Procedimento Administrativo;

f) Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - Lei 35/2014, de 20 de junho (com as respetivas alterações);

g) Regime jurídico das instituições de ensino superior, Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro;

h) Despacho Normativo n.º 1 -A/2016, Diário da República, 2.ª série — N.º 42, de 01 de março, Estatutos da Universidade de Lisboa;


n) Página do Departamento de Informática da Universidade dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa (https://informatica.ulisboa.pt/);

o) Sistema de produção Live (https://www.newtek.com/)


q) Software de edição Sony Vegas (https://www.vegascreativesoftware.com)

r) Software de edição Avid (https://www.avid.com/)

s) Outros temas de interesse específico:

Conceção, apoio, produção e realização da componente audiovisual da cobertura de eventos;

Pós-produção digital de imagem, som, grafismos e animação;
Preparação e montagem de equipamento multimédia e de iluminação;
Serviços de difusão de conteúdos pela Internet.
10.2 - O programa da prova de conhecimentos específicos encontra-se publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 218, de 20 de setembro de 2003, através do despacho conjunto n.º 924/2003.
11 — Avaliação curricular (AC) — a avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais do candidato na área para a qual o concurso é aberto, com base na análise do respetivo currículo profissional, sendo obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função os seguintes fatores:
a) Habilitações Literárias;
b) Formação profissional;
c) Experiência profissional.
Serão eliminados os candidatos que obtiverem classificação inferior a 9,5 valores. A avaliação curricular terá a ponderação de 30%.
12 — Entrevista profissional de seleção (EPS) — os candidatos admitidos à 3.ª fase serão submetidos a uma entrevista profissional de seleção que visa avaliar, numa relação interpessoal e de forma objetiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, relacionados com a qualificação e experiência profissionais necessárias ao exercício das funções abrangidas na área do conteúdo profissional do lugar a prover e nas comunas a todos os funcionários públicos, sendo ponderados os seguintes fatores:
a) Sentido crítico;
b) Motivação;
c) Expressão e fluência verbais;
d) Qualidade da experiência profissional;
e) Valorização e atualização profissional.
A entrevista profissional de seleção terá a ponderação de 20%.
A entrevista profissional de seleção realizar-se-á em data e hora a notificar aos candidatos, nos termos da convocatória prevista no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho.
13 — A classificação final dos candidatos (CF) — resultará da média aritmética ponderada das classificações obtidas em todos os métodos de seleção, de acordo com a fórmula abaixo indicada, e será expressa na escala de 0 a 20 valores, considerando-se não aprovados os candidatos que nas fases ou métodos de seleção eliminatórios ou na classificação final obtenham classificação inferior a 9,5 valores, de acordo com o estipulado no artigo 36.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho:
CF = PC x 50% + AC x 30% + EPS x 20% 
13.1 — Em caso de igualdade de valoração, serão adotados os critérios de ordenação preferencial estabelecidos nas disposições legais aplicáveis.
14 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação dos métodos de seleção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respetiva fórmula classificativa, constam de atas de reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.
15 - Publicitação dos resultados — As listas dos candidatos admitidos e de classificação final serão divulgadas de acordo com o estabelecido nos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de julho, e divulgadas na página eletrónica da Universidade de Lisboa em wwwulisboa.pt
16 — Estágio:
16.1 - O Estágio para ingresso nas carreiras de informática tem caráter probatório e a duração de seis meses, nos termos do disposto no artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março.
16.2 - O estágio aprovado com a classificação final de estágio não inferior a 14 valores será contratado em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, passando a ser remunerado pela categoria de especialista de informática do grau 1, nível 2.
17 — Composição e identificação do Júri:
Presidente – Carlos Nuno da Cruz Ribeiro, Vice-Reitor da Universidade de Lisboa;
1º Vogal Efetivo - Maria Dulce Pedroso Domingos , Pró-reitora da Universidade de Lisboa, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos;
2º Vogal Efetivo – Nuno Jorge Cardoso Alves Abrantes, Coordenador da Área de Apoio Informática do Departamento de Informática dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa;
1º Vogal Suplente - Ana Rute da Costa Ferreira Marques, Coordenadora da Área de Sistemas de Informação, do Departamento de Informática, dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa;
2º Vogal Suplente – Ricardo Miguel Carreira Geraldes, Diretor do Departamento de Recursos Humanos dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa.
O presidente do Júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pelo vogal que lhe suceder na ordem supra referida.
2 de setembro de 2019,
O Presidente do Júri, Carlos Nuno da Cruz Ribeiro

[Signature]